

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.755 - SP (2019/0144147-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ROSEMEIRI DE FATIMA SANTOS E OUTRO(S) - SP141750
CLAUDIO ANTONIO GERENCIO JUNIOR E OUTRO(S) - SP267851
CHRISTIANO LUIZ RODRIGUES VEIGA - SP196630
EDUARDO HORIGUELA FONSECA - SP302991
DENYS CHIPPNIK BALTADUONIS E OUTRO(S) - SP283876
AGRAVADO : SELMA MARIA RODRIGUES BACCI
ADVOGADO : CÍNTIA AMÂNCIO ROCHA - SP249216

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. PLANO DE SAÚDE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PORTADOR DE DIABETES QUE TEVE A PERNA AMPUTADA. RECUSA DE FORNECIMENTO DE PRÓTESE PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se constata a alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

2. É possível que o plano de saúde estabeleça as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado, revelando-se abusiva a negativa de cobertura do procedimento, tratamento, medicamento ou material considerado essencial para sua realização, de acordo com o proposto pelo médico, como no caso dos autos, em que a colocação de prótese é essencial para o sucesso do tratamento do paciente. Precedentes.

3. Segundo entendimento do STJ, "*malgrado válida, em princípio, a cláusula limitativa de fornecimento de próteses, prevendo o contrato de plano de saúde, no entanto, a cobertura de determinada intervenção cirúrgica, mostra-se inaplicável a limitação caso a colocação da prótese seja providência necessária ao sucesso do procedimento*" (REsp 873.226/ES, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 8/2/2011, DJe de 22/2/2011).

4. Estando o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial encontra óbice na Súmula 83/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator